

# PROCESSO HISTÓRICO DA ESCOLARIZAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL

Adriana BERNARDO <sup>1</sup>

Prof.ª Esp. Rosângela Aparecida Araújo FERREIRA <sup>2</sup>

## RESUMO

Este artigo apresenta o processo histórico da educação dos surdos no Brasil e no mundo, buscando mostrar desde os primórdios os caminhos desse processo. O objetivo deste trabalho é analisar a história da educação dos surdos e também sobre a história da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). Descobrir como surgiu, quando surgiu e o porquê da mesma existir, sua finalidade. A pesquisa destaca, então, importantes pistas metodológicas de ensino e a própria evolução da identidade surda no contexto histórico de uma sociedade com maioria ouvinte. O resultado da construção dos dados tem sido desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e de outros artigos, no sentido de apreender o conhecimento neles existentes, para análise e reflexão, para enfim adquirir sabedoria, para respeitar e poder educar as crianças surdas para que as mesma possam viver plenamente entre nós ouvintes e com os mesmos direitos e deveres, ser respeitado como um verdadeiro cidadão. A pesquisa é finalizada com discussões a respeito da inclusão, especificamente, neste trabalho, para surdos.

## PALAVRAS-CHAVE

História; Educação; LIBRAS, Inclusão

### 1. Introdução

A pesquisa tem por objetivo analisar o processo histórico da escolarização da pessoa com surdez no Brasil e no mundo, não apenas para conclusão do Curso de Pós Graduação de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), mas para qualquer outro Curso de Graduação ou especialização. Quando o estudo é relacionado à educação há necessidade, também, de pesquisar sobre a História da Educação, desde os primórdios, para através dela entender a própria história do país e dos brasileiros, neste artigo será dado ênfase ao processo histórico da educação dos surdos, que faz parte da população com necessidades especiais, pelo qual são fundamentadas em concepções internacionais e na própria Constituição Federal, que busca, através de institutos normativos, Políticas Públicas diminuir a situação de desvantagem que as

---

<sup>1</sup> Pós-graduanda em Libras - Departamento de Pós-graduação – FIRA- Faculdades Integradas Regionais de Avaré – 18700-902 – Avaré-SP – Brasil – drikagbernardo@gmail.com

<sup>2</sup> Professora Especialista em Língua Brasileira de Sinais – Docente – FIRA- Faculdades Integradas Regionais de Avaré – 18700-902 – Avaré-SP – Brasil – roaferreira@hotmail.com

peessoas com deficiência têm em relação aos demais na sociedade. Porém, como será visto neste artigo, muitos projetos voltados para essa população, ficam somente no papel. Ainda há muito para progredir com relação à inclusão dos surdos na escola e principalmente na sociedade, com maioria ouvinte. A importância deste artigo se justifica pela Lei nº 10.436/2002, que oficializa o ensino da LIBRAS (BRASIL, 2002). Por consequência, novas instituições começaram a surgir para inclusão de pessoas surdas, exigindo-se das escolas oportunizarem, além do atendimento às especificidades dos alunos surdos, atenção ao ensino da Língua Portuguesa, com o objetivo de encaminhá-los ao sistema regular de ensino.

Ao possibilitar o uso da Libras por todos os membros da comunidade escolar, como instrumento de comunicação, a escola lhe concede o papel de língua de instrução.

Segundo Evaldo Delgado mesmo havendo regulamentação legal,

“...as escolas não estão preparadas para trabalharem com a questão da excepcionalidade e apresentam desinteresse em prestarem atendimento assegurado por lei que é o acesso e permanência de todos os brasileiros na escola pública. Também se constatou que, mesmo sendo uma questão legal, a inclusão dos portadores de necessidades especiais não está agraciada no Projeto Político Pedagógico de tais escolas.” (DELGADO, 2005, p.46)

## 2. A História da educação do Surdo na Antiguidade

Para entendermos melhor a história da escolarização do surdo, no Brasil, temos que pesquisar como o surdo era visto em outros países em outras civilizações, desde a antiguidade, como era ou se havia escolarização ou algo parecido, pois os fatos que ocorreram há muitos anos atrás, influenciaram a história atual do surdo no Brasil, como veremos no decorrer do texto, a partir, de seu descobrimento. Justifica-se essa pesquisa com um trecho do livro da autora Fernanda Pessoa que afirma, através do Censo Escolar realizado em 1998:

“A organização Mundial de Saúde estima que em torno de 10% da população têm necessidades especiais. Estas podem ser de diversas ordens-visuais, auditivas, físicas, mentais, múltiplas, [...]. Se essa estimativa se aplicar também no Brasil, teremos cerca de 15 milhões de pessoas com necessidades especiais. Os números de matrícula nos estabelecimentos escolares são tão baixos que não permitem qualquer confronto com aquele contingente. Em 1998, havia 293.403 alunos, distribuídos da seguinte forma: 58% com problemas mentais; 13, 8%, com deficiências múltiplas; 12%, com problemas de audição; 3,1% de visão; 4,5%, com problemas físicos; [...]” (PESSOA, 2005, p.245)

Na antiguidade o povo Espartano realizava atrocidades contra a criança surda, deformada e ou retardada, conforme relatado por Ferdinand Berthier, que era surdo congênito, nascido em 1803, na cidade de Louhans, era professor no Instituto de surdos em Paris, na França, Berthier

escreveu que, “a infeliz criança era prontamente asfixiada ou tinha sua garganta cortada ou era lançada de um precipício para dentro das ondas. Era uma traição poupar uma criatura de quem a nação nada poderia esperar.” (BERTHIER, 1984, p. 165)

Na Antiguidade, os surdos não eram considerados seres humanos competentes. A comunicação através de conceitos era reconhecida como uma forma privilegiada de manifestação de inteligência e, esta, só seria manifestada a partir da fala. Os sinais não eram considerados como língua, mas como gestos primitivos. Assim, quem não ouvia e não falava oralmente também não pensava. (QUADROS, 2006)

Certa ocasião, Aristóteles afirmou que para ele o ouvido era considerado o órgão mais importante para a educação, o que provavelmente, contribuiu para que o surdo fosse visto como incapacitado de receber qualquer instrução naquela época. (HONORA, FRIZANCO, 2009, p. 19)

Povos primitivos e civilizações em estágio mais avançado, como os egípcios, gregos, e romanos, induzidos pelo misticismo cristão medieval da época, consideravam as deficiências como manifestações do sobrenatural. (Paraná, 2006)

### **3. A História da educação do Surdo na Idade Média**

Na idade Média, a Igreja Católica, que tinha grande influência na vida de toda sociedade da época, teve papel fundamental na discriminação, no que se refere às pessoas com deficiência, devido, que, para os cristãos da época, os surdos não possuíam alma imortal por não conseguirem proferir os sacramentos pois, acreditavam que o homem foi criado à “imagem e semelhança de Deus”. (MAZZOTA, 1996)

A sociedade era dividida em feudos, nesta época, os nobres para não dividirem sua herança com outras famílias casavam-se entre si, fato que gerava um grande número de surdos. A Igreja Católica para não prescindir dos que tinham poder econômico passou a instruir os surdos nobres para que o círculo não fosse rompido, possuindo uma língua, eles poderiam participar dos ritos, proferir os sacramentos e, conseqüentemente, manter suas almas imortais, podendo continuar em suas posições e continuar ajudando a Igreja.

A primeira tentativa de instrução dos surdos nobres, foi inicialmente, de maneira preceptoral, através dos monges beneditinos que estavam em clausura, com voto de silêncio, para não passarem os conhecimentos adquiridos pelo contato com os livros sagrados, e devido não poderem falar desenvolveram uma linguagem gestual para poderem se comunicar, foram convidados pela Igreja Católica a se tornarem preceptores dos surdos. No final da Idade Média

os dados com relação à educação e à vida do surdo tornam-se disponíveis. Começam a surgir trabalhos voltados a educar uma criança surda e de integrá-la na sociedade. (HONORA, FRIZANCO, 2009)

#### **4. A História da educação do Surdo na Idade Moderna**

Na Idade Moderna até o século XV, os surdos e outros deficientes eram alvos da Medicina e da religião católica. A Medicina interessada em realizar experiências e a Igreja usava-os para promover caridade, pois para ela a doença representava punição. Começam a surgir nesta época os primeiros educadores de surdo, no Ocidente a partir do século XVI, o primeiro foi o médico, matemático e astrólogo italiano Gerolamo Cardano (1501-1576), cujo primeiro filho era surdo. Outro foi Pedro Ponce de León (1510-1584), monge beneditino, que em 1570, viveu em monastério na Espanha e foi dado a ele o mérito de provar que a pessoa surda era capaz, contrariando a afirmação anterior de Aristóteles. Pelo pouco que restou de registro do seu método, sabemos que seu trabalho iniciava com o ensino da escrita, por meio de nomes dos objetos, e em seguida o ensino da fala, começando pelos fonemas. (HONORA, FRIZANCO, 2009)

Strnadová (apud HONORA, FRIZANCO, 2009) nos relata em seu livro que foi desta forma que se teve o registro da primeira vez que se fez uso do alfabeto manual, “não conversavam entre si, em voz alta, porém seus dedos tagarelavam. Eram monges, mas não eram bobos”. (p.20)

Em 1620, o padre espanhol Juan Pablo Bonet (1579-1633), filósofo e soldado a serviço secreto do rei, criou o primeiro tratado de ensino de surdos-mudos, que iniciava com a escrita sistematizada pelo alfabeto, foi editado na França com o nome de Redação das Letras e Artes de Ensinar os Mudos a Falar. Bonet foi o primeiro que idealizou e desenhou o alfabeto manual. Muitas pessoas se juntaram na luta pelos surdos, nesta época foi criada a primeira escola pública no mundo para surdos em Paris, o Instituto Nacional para Surdos-Mudos, em 1760, pelo abade Charles-Michel de L’Epée (1712-1789), ficou conhecido como “Pai dos Surdos”. Foi um dos primeiros que defendeu a Língua de Sinais, reconhecendo que a língua existia, e se desenvolvia e servia de base comunicativa dos surdos. (HONORA, FRIZANCO, 2009)

O primeiro Tratado de Ensino de Surdos, conforme Werner afirma,

“[...] com Bonet, em 1620, apareceu o primeiro Tratado de ensino de surdos-mudos, considerando, ainda que Bonet achava que esse ensino devia começar pela escrita, não por palavras inteiras, mas por uma sistematização do alfabeto. Em seguida, dever-se-

ia fazer a correspondência com o alfabeto escrito para somente mais tarde, se ensinar a linguagem falada. Esta parte que envolve a diferenciação de vários sons seria para Bonet, a parte mais difícil e a mais importante “. (WERNER, apud, SOARES, 2014, p.37)

## 5. A História da educação do Surdo na Idade Contemporânea

Na idade Contemporânea ainda eram os preceptores os responsáveis pela educação dos surdos. Em 1790, no lugar de L'Épée (1712-1789), foi nomeado Abbé Sicard (1742-1822) como diretor do Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris. Ele publicou dois livros: uma gramática geral e um relato detalhado de como havia treinado Jean Massieu (Surdo). Com a morte de Sicard, seu discípulo Massieu, foi nomeado diretor do Instituto, sendo um dos primeiros professores surdo no mundo. Esse acontecimento gerou uma grande disputa pelo poder envolvendo outros dois estudiosos da surdez, Itard e Gérando, fazendo com que Massieu fosse afastado. Jean Marc Itard (1775-1838), foi um médico cirurgião francês que se tornou médico residente do Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris, em 1814. Ele estudara com Philippe Pinel, pai da Psiquiatria. Itard dedicou grande parte de seu tempo tentando entender as causas da surdez. Ao verificar que a causa dela não era visível, seus próximos passos foram dissecar cadáveres de surdos, dar descargas elétricas em nos ouvidos dos surdos, usar sanguessugas para provocar sangramento e furar as membranas timpânicas de alunos, fazendo com que um deles chegasse a óbito e outros com fraturas cranianas e infecções devido às suas intervenções. Itard nunca aprendeu a Língua de Sinais. Após 16 anos de trabalho, incessante, para chegar à oralização, Itard rendeu-se ao fato de que o surdo só pode ser educado por meio da Língua de Sinais. (HONORA, FRIZANCO, 2009)

O trabalho desenvolvido, em 1800, por Jean Marc Itard, médico francês, é considerado o marco inicial da Educação Especial na Europa. O trabalho mais importante de Itard foi o que realizou com Victor, um jovem encontrado na floresta, e não poupou esforços para:

“[...] transformar esse menino selvagem em um homem civilizado, empregando métodos sistemáticos de treinamento de habilidades, tendo como pressuposto que as deficiências do jovem deviam-se à privação ambiental a que foi exposto.” (MEC, 2000, p.24)

O barão de Gérando era filósofo, administrador, historiador e filantropo, ganhou a disputa pelo cargo de diretor do INSMP. Gérando acreditava na superioridade do povo europeu e sua intenção era equiparar os selvagens aos europeus. Para ele, os Surdos se encontravam na categoria de selvagens e a língua era vista como pobre quando comparada à língua oral e não deveria ser usada na educação. Com esse pensamento Gérando substituiu os professores surdos

por professores ouvintes. A oralização foi o principal objetivo de Gérando. (HONORA, FRIZANCO, 2009)

Nos Estados Unidos a educação dos surdos foi mais demorada do que na Europa, devido o acesso à metodologia inglesa que era sempre negada. Thomas Gallaudet foi visitar Braidwood e Kinniburg, que não revelaram seu método. Thomas procurou L'Epée, que estava como diretor no INSMP, na época, onde foi aceito para fazer um estágio e conheceu Laurent Clerc (1785-1869), um professor surdo da escola. Gallaudet convidou Clerc para retornarem aos Estados Unidos, em 1816, a fim de fundarem a primeira escola pública para Surdos naquele país. Abriam a escola em abril de 1817, chamada Hartford School. A Língua de Sinais usada na escola era inicialmente a francesa e gradualmente foi sendo modificada para se transformar na Língua Americana de Sinais. Clerc, faleceu em 1869, no mesmo ano em que foi instituído o Oralismo, ele sempre defendeu a Língua de Sinais. O Oralismo foi o principal método usado para Educação de Surdos, no próximos 80 anos. Edward Gallaudet, filho de Thomas Gallaudet, fundou em 1864, a primeira faculdade para surdos, em Washington. Após ter trabalhado anos com surdos, resolveu fazer uma grande viagem para verificar se o seu método estava correto e voltou dessa viagem apoiando o Oralismo, sua escola fornecia treinamento em articulação e em leitura orofacial. (HONORA, FRIZANCO, 2009)

Alexander Graham Bell (1847-1922), cientista e o inventor do telefone, era filho de surda e casado com Mabel, que quando jovem perdera a audição, porém era oralizada e não gostava de ficar na presença de surdos. Para Alexander a surdez era um desvio e os Surdos deveriam passar como ouvintes e um aluno surdo ter um professor surdo só serviria de empecilho para a sua integração com a comunidade ouvinte. Alexander acreditava que os Surdos não poderiam se unir, se casarem para que não criassem congregações, defendia que os Surdos deveriam estudar junto com os ouvintes a fim de evitar essa união. Para Veditz, ex-presidente da Associação Nacional dos Surdos, Alexander Graham Bell, foi considerado o maior inimigo dos surdos americanos, o mais temido. (HONORA, FRIZANCO, 2009)

“A figura do oralismo é Alexander Graham Bell, ganhou força durante o movimento eugênico e, especialmente, no famoso Congresso de Milão de 1880, durante o qual ele pregava que a surdez era uma aberração para a humanidade, pois perpetuava características genéticas negativas”. GESSER (2009, p.51)

## **6. A Medicina e a Educação dos Surdos no mundo**

Percebe-se ao pesquisar a Educação dos Surdos, que a atuação dos médicos no processo da educação dos mesmos, modifica-se conforme se desenvolvem os estudos da anatomia

humana e também de acordo com as mudanças em relação à educação. Eles inicialmente atuaram como preceptores e, a partir do momento em que as Instituições se disseminaram, alguns começaram a trabalhar nestes estabelecimentos, contribuindo historicamente.

Os surdos assim como os deficientes, desde o início da Idade Moderna, foram alvos de dois tipos de atenção, a médica e a religiosa, “Num desafio para a Medicina, uma vez que esse tipo de deficiência está relacionada a uma anomalia orgânica; a segunda, porque ajudar os desvalidos, entre eles, aqueles que não podiam ouvir e nem falar, fazia parte dos preceitos religiosos”. Conforme (WERNER, 1949:2-13, apud, SOARES, 2014, p.25)

“Alguns teriam se desviado da Medicina para se dedicar a uma prática puramente pedagógica, investigando a capacidade do surdo para adquirir algum tipo de conhecimento. Afirma que esse tipo de investigação não havia sido antes realizado por influência do pensamento Aristóteles o qual: [...] era de opinião que todos os conteúdos da consciência deviam ser recolhidos primeiro por um órgão sensorial e considerava o ouvido como o órgão mais importante para a educação”. (WERNER, apud, SOARES, 2014, p.25)

Após a Revolução científica, chamada Renascença ou Renascentismo, a partir de 1400, que começou a se manifestar ao ano de 1700 e a Rebelião contra a autoridade da Igreja Romana, proclamada por Martinho Lutero, em 1517, que assinalou, assim, o princípio das lutas religiosas, que duraram um século, conforme Castigioni:

“Que todos esses fatores deram origem a concepção, segundo o qual, o homem foi posto no centro de toda a especulação que fez nascer, mais forte e mais vivo, o conceito da beleza do corpo, que, no Cristianismo, tinha sido condenado e quase esquecido. Antes disso, de acordo com o preceito cristão, a doença representava punição de uma culpa grave”. (CASTIGIONI, apud, SOARES, 2014, p.27)

Na Universidade de Pádua, na Itália, eram realizados os tratamentos mais avançados, recebiam estudiosos de toda parte, pois era considerada o centro mais respeitado dos estudos médicos e jurídicos. Bartolommeo Eustácchio, entre vários estudos, dedicou-se à audição, descobrindo o tubo situado entre o ouvido médio e a parte superior da faringe, conhecido como trompa de Eustácchio. (SOARES, 2014)

“Um dos primeiros educadores de surdos, apesar de seus métodos referirem-se mais à Fisiologia, como o eu descreveu a condução óssea do som. Foi a partir desses estudos que Cardano teria afirmado que a escrita poderia representar os sons da fala ou representar ideias do pensamento, por isso, a mudez não se constituía em impedimento para que o surdo adquirisse conhecimento. (QUIRÓS & GUELER, apud, SOARES, 2014, p.31)

Johann Conrad Amman é considerado por Werner como,

“[...] uma exceção, por se tratar de um médico que renuncia aos recursos da Medicina e passa a se dedicar à educação puramente pedagógica dos surdos-mudos [...] Teria, então, aperfeiçoado os procedimentos de leitura labial através do uso do espelho, um recurso que já tinha sido criado, anteriormente, por Van Helmont (1614-1699), que não era médico e sim estudioso da língua. Amman fez com que o seu uso não só propiciasse a imitação dos movimentos da linguagem, por seus discípulos, como fazia com que estes percebessem, através do tato, as vibrações da laringe. Este processo chegou a adquirir extraordinária importância no ensino dos surdos-mudos. O importante, para ele, era que o surdo associasse cada som aprendido com a imagem escrita”. (WERNER, apud, SOARES, 2014, p.32)

QUIRÓS & GUILER (1966:271-274), citados discorrem de outros médicos como John Wallis (1616-1703), que na Inglaterra, estudou Medicina, Teologia, Filosofia, Matemática e Ciências Naturais [...] publicou o livro *Da Fala ou da Formação dos Sons da Fala*, seus trabalhos com reeducação de surdos foram registrados em cartas, que enviava a outros estudiosos como Amman, primeiramente seu trabalho com surdo-mudo, foi no sentido da oralização e posteriormente utilizou somente a linguagem escrita. Outro médico citado pelos autores acima, foi Wilhelm Kerger, que fez com que sua filha surda adquirisse a palavra falada, através de exercícios de leitura labial. Kerger utilizou-se de figuras e desenhos para ensinar a ela um grande número de substantivos e adjetivos. Quanto aos verbos, considerou que devia ensiná-los através de gestos. Citam também o educador de surdos português Jacob Rodrigues Pereira (1715-1780), tinha uma irmã surda, interessou-se pela sua educação e em 1744 iniciou na França a educação de surdos-mudos, começa seu trabalho pela visão e tato, fazia os alunos lerem e pronunciarem as palavras mecanicamente, exercitava a leitura labial e praticava a audição auditiva. As Instituições de educação de surdos disseminaram-se entre os principais países da Europa, no século XIX. (QUIRÓS & GUELER, apud, SOARES, 2014)

## **7. A História da Educação dos Surdos no Brasil**

Poucas foram as instituições que surgiram e nulo o número de escritos sobre a educação no Brasil, para a educação dos deficientes. No entanto, a sociedade de então já se protegia juridicamente do adulto deficiente na Constituição de 1824 (título II, artigo 8º, item 1º), privando do direito político o incapacitado físico ou moral. Em 1730, em Vila Rica, havia a Irmandade de Santa Ana, surgida para cuidar de órfãos e crianças abandonadas. As Santas Casas de Misericórdia, seguindo a tradição europeia transmitida por Portugal, que atendiam pobres e doente surgiram no Brasil desde o século XVI em Santos (1543), Salvador (1549), Rio de Janeiro (1552), Espírito Santo (provavelmente 1554), São Paulo (provavelmente 1599), Olinda e Ilhéus (1560), Porto Seguro (também em fins do século XVI), Sergipe e Paraíba (1604),

Itamaracá (1611), Belém (1619), Iguaçu (1629) e Maranhão (data incerta, primeiras referências do Padre Vieira em 1653) (MESGRAVIS, 1976, p.38 apud, JANNUZZI, 2004, p. 3 e 4, cap.1)

Com o início da construção do hospital, em 1717, acentuou o acolhimento de crianças abandonadas até 07 anos de idade. Não era sabido como as crianças eram atendidas, mas no 1º Relatório da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, Francisco Martins de Almeida escreveu, “ignoro como se havia a Santa Casa com esses órfãos” (MESGRAVIS, 1976, p.182, apud, JANNUZZI, 2004, p 4,5)

Com isso pode-se supor que muitas dessas crianças, abandonadas, traziam defeitos físicos ou mentais. O abandono da infância tem sido um fato antigo, já no final do século XVII e XVIII, há pedido de providências ao rei de Portugal, feito pelo governador da província do Rio de Janeiro, na época Antonio Paes de Sande, "contra os atos desumanos de se abandonar crianças pelas ruas, onde eram comidas por cães, mortas de frio, fome e sede". (MARCILIO, 1997, p.59, apud, JANNUZZI, 2004, p.4,5)

As rodas de expostos, crianças abandonadas, foram criadas, por volta do século XVII e XVIII em Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, e a Lei de 1828 nesse sentido, ordenava tal iniciativa às províncias, ao mesmo procedimento. Em meados do século XIX, algumas províncias mandaram vir religiosas para a administração e educação dessas crianças, assim, havia possibilidade de não só serem alimentadas como também de até receberem alguma educação. (JANNUZZI, 2004, p. 4, 5, cap.1)

A Educação, principalmente a primária tão importante aos brasileiros, nos primórdios, era esquecida, em meios à tantos assuntos mais importantes para a elite, que era composta por nobreza, clero e burguesia que se segregava do povo, seus estudos buscavam em outros países, como Portugal, França e Inglaterra. A educação primária ao povo, somente foi prioridade para os políticos, governantes e pessoas influentes da época quando, conforme JANNUZZI,

“[...] a educação foi centro de atenção e preocupação apenas nos momentos e na medida exata em que dela sentiram os segmentos dominantes da sociedade. Quando a alfabetização se tornou fator condicionante de votos ou requisito para a ideologização como garantia de seu poder, ampliou o círculo daqueles que podiam participar do processo educativo, quando um novo sistema de produção passou a exigir uma instrumentalização mais adequada da mão de obra, foram tomadas providências neste sentido. A educação popular, portanto, foi sendo concedida à medida que ela se tornou “necessária” para a subsistência do sistema dominante, pelo menos até o momento em que se estruturaram movimentos populares que passaram a reivindicar a educação como direito.” (JANNUZZI, 2004, PREFÁCIO)

Em análise bibliográfica, a Educação primária, foi apenas discutida na Assembleia Constituinte, que era composta pelo clero, burguesia, nobreza, os surdos ainda não eram

lembrados, nem mesmo o povo, tanto foi que em 1878, conforme trecho do livro “A pedagogia de Rui Barbosa”,

“...vamos ter: 15.561 escolas primárias, com 175 mil alunos, em 9 milhões de habitantes. Portanto, apenas cerca de 2% da população era escolarizada. Aliás, o recenseamento de 1870 acusara um índice de 78% de analfabetos no país, nos grupos de idade de 15 anos e mais. Dessas 15.561 escolas, 211 estavam localizadas no Rio de Janeiro: 95 públicas e 116 particulares, com 12 mil alunos numa população de 400 mil habitantes, sendo 70 mil escravos; logo, 5% da população livre era escolarizada (Lourenço Filho, “A pedagogia de Rui Barbosa” apud Holanda, 1974, p.382, apud JANNUZZI, p.07, cap.1)

Na época do Império, como a população no Brasil, onde a grande maioria, eram analfabetos, viviam da própria subsistência, longe dos grandes centros, pois moravam na zona rural, foi possível silenciar completamente sobre o deficiente, os que mais se distinguiam da sociedade eram escondidos, principalmente pela família, para que não incomodassem as pessoas. Sobre isso a autora Gilberta de Martino Jannuzzi conclui “Enquanto era possível e conveniente, os deficientes eram segregados da sociedade.” (2004, folha prefácio). Ainda segundo a autora “[.] defesa da educação dos anormais foi feita em virtude da economia dos cofres públicos e dos bolsos dos particulares, pois assim se evitariam manicômios, asilos e penitenciárias, tendo em vista que essas pessoas seriam incorporadas ao trabalho.” (JANNUZZI, 2004, p.49)

No Brasil, a história da educação de surdos teve início durante o segundo Império, com a criação do atual Instituto Nacional de Educação de Surdos-INES, sob a denominação, na época, de Instituto Imperial dos Surdos-Mudos, segundo documentação encontrada no próprio Instituto, em 1857, D. Pedro II, incumbiu o Marquês de Abrantes para organizar uma comissão a fim de promover a fundação de um Instituto para a educação de surdos-mudos, no dia 03 de junho de 1857, a comissão se reuniu e tomou como deliberação a criação do Instituto. Em 26 de setembro de 1857, foi aprovada a Lei nº 939 que designava a verba para o auxílio orçamentário e pensão anual para cada um dos 10 alunos que foram admitidos no Instituto. (JANNUZZI, 2004)

Sobre as regras do Instituto situado no Rio de Janeiro, na época Instituto Imperial dos Surdos-Mudos, a autora SOARES, afirma,

“O Instituto era frequentado por alunos internos, cujo limite de vagas era 100 e pagavam 500 réis por ano. Os alunos externos, não precisavam pagar. O governo

admitia até 30 alunos internos gratuitos, nesta ordem de preferência: primeiro os desvalidos, em segundo lugar; os filhos de pequenos lavradores, que moravam longe da Corte; em terceiro os filhos de militares; em quarto, os filhos dos empregados públicos que tiveram mais de dez anos de serviço. Para ser admitido no Instituto, o candidato tinha que ter mais de nove anos e menos de catorze anos. Não era permitida a permanência dos alunos que completavam dezoito anos. Também os que completavam 06 anos de permanência eram dispensados, mesmo que não tivessem concluído”. (SOARES, 2014, p.80)

A educação dos surdos teve início com o educador francês H Ernest Huet, ex aluno surdo do Instituto de Paris, a convite do Imperador D. Pedro II, que trouxe o alfabeto manual francês e a Língua Francesa de Sinais. Com isso deu-se origem à Língua de Sinais Brasileira. Huet apresentou documentos importantes para educar os surdos. No início, os surdos eram educados por linguagem escrita articulada e falada, datilologia e sinais. Em 1911, passou a adotar o oralismo puro, seguindo a determinação do Congresso Internacional de Surdos-Mudos de Milão. Dr. Menezes Vieira, que trabalhou no Instituto, defendia o método Oralismo, afirmando que nas relações sociais o indivíduo surdo usaria a linguagem oral e não a escrita, sendo esta secundária para ele e ele achava um desperdício alfabetizar um aluno surdo num país de analfabetos. O quarto diretor do Instituto foi o Dr. Tobias Leite, que apresentava um foco diferente do Dr. Menezes, para ele o que era de primeira importância, para os alunos surdos era a profissionalização, afirmava que não era porque os surdos aprendiam facilmente, mas sim porque eram fidelíssimos executores das ordens dos patrões. Para ele o trabalho para o surdo era encarado como uma simples ocupação. (HONORA, FRIZANCO, 2009)

Segundo SOARES, houve os Congressos Internacionais de Surdos-Mudos,

“No primeiro Congresso Internacional de Surdos-Mudos, que aconteceu em Paris, em 1878, sustentou-se que o melhor método de ensino seria aquele que combinasse a articulação com a leitura das palavras nos lábios, mas conservando o uso de gestos como medida de auxílio entre professores e alunos durante o período inicial. Porém em 1880, quando se realizou o Segundo Congresso, em Milão, foi rechaçado o uso simultâneo de fala e gesto e o método recomendado foi oral puro. Mais enfático, ainda, foi o Congresso realizado em Gênova, 1892, que além de apoiar o método oral puro, defendeu o emprego e um sistema único de instrução em todos os institutos, sustentando que o ensino de um idioma só poderia ser baseado no desenvolvimento natural da linguagem”. (SOARES, 2014, p. 55)

Entre os 1930 e 1947, o Instituto esteve sob a gestão do Dr. Armando Paiva Lacerda, esteve no início do governo de Getúlio Vargas e terminou em 1947, no governo Dutra, nesta época foi desenvolvida, por ele, a Pedagogia Emendativa do Surdo-Mudo, que destaca o método oral como a única maneira do surdo ser incluído na Sociedade. Dr. Armando Paiva Lacerda, instituiu que os alunos passassem por aplicações de testes para verificar a inteligência e a aptidão para a oralização. Após esses testes os alunos eram separados com a seguinte classificação:

surdos-mudo completos, surdos incompletos, semissurdos propriamente ditos, semissurdos. Dr. Armando também criou a denominação Método Acústico Oral, em substituição às denominações Norte-Americanas e Européias, tratando-se uma associação dos exercícios acústicos. (HONORA, FRIZANCO, 2009)

Em 1951 assume o Instituto a Profa. Ana Rimoli de Faria Dória. Essa era a primeira vez que um profissional da educação assume a direção do Instituto. A grande inovação no período da sua gestão foi a implementação do Curso Normal de Formação de Professores para Surdos. O Curso tinha duração de três anos. A metodologia usada era voltada para o Oralismo.

Na década de 1970, com a visita de Ivete Vasconcelos, educadora de surdos da Universidade Gallaudet, chegou ao Brasil a filosofia da Comunicação Total, que se trata de processos comunicativos entre surdos e surdos e entre surdos e ouvintes. Se preocupa com a aprendizagem da língua oral pela criança surda e acredita que devemos estimular os aspectos cognitivos, emocionais e sociais para que ocorra o aprendizado da língua oral. Na década seguinte, a partir das pesquisas da professora linguista Lucinda Ferreira Brito, sobre a Língua de Sinais, e também da Profa. Eulalia Fernandes, o Bilinguismo, passou a ser difundido, que se trata de pessoas surdas que, além da língua de sinais, utilizam alguma língua oral, na tentativa de se comunicar com a comunidade ouvinte. Outros Institutos fizeram parte da história da educação dos Surdos no Brasil, como o Instituto Santa Terezinha, fundado em 1929, inicialmente em Campinas e em 1933 foi transferido para São Paulo. Até o ano de 1970 funcionou como Internato de meninas surdas, passando depois dessa data a aceitar meninos surdos e trabalhar com o conceito de integração no ensino regular. Atende atualmente, até o Ensino Fundamental, mas é de natureza particular. Outra Instituição é a Escola Municipal de Educação Especial Hellen Keller, fundada em 1951, em São Paulo. Outra Instituição importante é o Instituto Educacional São Paulo-IESP, fundado em 1954, foi doado em 1969 para a PUC/SP e atualmente é referência para pesquisas e estudos na área da deficiência auditiva. (HONORA, FRIZANCO, 2009)

O INES é considerado uma referência nacional na educação de surdos, até hoje,

“INES foi fundado há 152 anos e a presença de narrativas ligadas à memória faz parte da cultura institucional. A marca de sua longa história é muito forte na instituição, embora, contraditoriamente, a atenção com a memória oral seja mais relevante do que com a memória escrita. Muito se perdeu de fontes documentais matérias, por diversas razões que não cabem aqui serem discutidas.” (ROCHA, 2010, p.33)

A autora SOARES concorda com BUENO (1993:137), com relação à escolas especiais para surdos e cegos,

“A escola especial assumiu com os deficientes a mesma função do hospício no que diz respeito ao isolamento dos considerados divergentes. Distingue-se deste último pela intenção de criar procedimentos de ensino com a finalidade de habilitar socialmente surdos e cegos”. (BUENO, 1993:197, apud, SOARES, 2014, p.96)

## 8. Considerações Finais

Ao analisarmos sua história, verificamos que a cultura surda foi marcada por muitos estereótipos, seja através da cultura ouvinte, que sem dúvidas é a dominante, seja das representações sociais que narram o povo surdo como seres deficientes. A maioria das pessoas que se envolveram com a educação do surdo no mundo, tentou adequá-lo à sociedade ouvinte, através da filantropia e assistencialismo, impondo como melhor opção para esta finalidade, a metodologia do oralismo que nos mostra, conforme GESSER (2009, p.51) “Oralizar é sinônimo de negação da língua dos surdos. É sinônimo de correção de imposição de treinos exaustivos, repetitivos e mecânicos da fala”. Um surdo é diferente do outro, um pode conseguir através deste método (oralismo) falar fluentemente, outros, irão conseguir se comunicar, através da LIBRAS, outros lendo os lábios, outros usarão todos os métodos, ocorre que conforme o estudo, não houve preocupação com que o surdo queria e sim com o que a maioria ouvinte queria deles, ora eram tão assustadores, que preferiam matá-lo, ora achavam que não tinham alma, ora os consideram criaturas privilegiadas e enviadas pelos Deuses. Na ignorância se esqueceram que o surdo também é um ser humano, com capacidades de aprendizagem comprovadas, por vários pesquisadores, inclusive médicos. Após, exclusão, segregação, integração, no período histórico, atualmente no século XXI, o surdo está convivendo com a Inclusão, que conforme a Declaração de Salamanca [...] as escolas tem que achar a forma de educar com sucesso, todas as crianças, incluindo aquelas com incapacidades graves [...]”. (Portal do MEC, 1994, acesso 19/11/17)

## Referências

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras- e dá Outras Providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm)> Acesso em 17 novembro 2017.

DELGADO, E. I. (Organizador) **Políticas Educacionais em Crise e a Prática Docente**. Canoas. Ed. Ultra, 2005.

GESSER, A. **LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda.** São Paulo. Parábola Editorial. 2009.

HONORA M.; FRIZANCO M. L. E. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais Desvendado a comunicação usada pelas pessoas com surdez.** São Paulo. Ed. Ciranda Cultural. 2009.

JANNUZZI, G. M. de. **A Educação do Deficiente no Brasil dos primórdios ao início do século XXI.** 2ª Edição. Campinas. Ed. Autores Associados. 2004.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas.** São Paulo. Ed. Cortez. 1996

MEC. **Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental – Deficiência múltipla – vol. 1 – Série Atualidades Pedagógicas 5.** Brasília, 2000b. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000466.pdf>>. Acesso em: 19 de novembro 2017.

PARANÁ. **Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a construção de Currículos Inclusivos.** Curitiba, PR, 2006. 58p. Disponível em: <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/institucional/dee/dce\\_ed\\_especial.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/institucional/dee/dce_ed_especial.pdf)>. Acesso em: 19 novembro 2017.

ROCHA, S. M. da. **Memória e história: a indagação de Esmeralda.** Solange Rocha. Petrópolis. Rio de Janeiro: Arara Azul. 2010.

SOARES, M. A. L. **A Educação do Surdo no Brasil,** Campinas. Ed. Autores Associados. 2014.

PESSOA, P. **Legislação Educacional 3 em 1 Constituição LDB ECA,** Ed. R.C.N Editora e Distribuidora, 2005.